

O IMPACTO DOS GRUPOS SOCIAIS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PAPEL DE MÃE E A MATERNIDADE

Manon Piazzolli Gouvea Mota¹
Amanda Castro²

Resumo:

Esta pesquisa teve por objetivo compreender de que forma os grupos sociais afetam a construção do papel de mãe e a maternidade. Fizeram parte da pesquisa quatro participantes do PAMIF (Programa de Atenção Materno-Infantil e Familiar), escolhidas em razão do critério de acessibilidade, por se interessarem pelo debate da temática e também por fazerem parte de um grupo voltado a mesma. Foi realizada a aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturado, onde as participantes puderam expressar-se a partir de perguntas disparadoras como: O que é ser mãe? O que a sua rede social de apoio acha que é ser uma boa mãe? O que é maternidade ideal e maternidade real? Os dados da entrevista foram submetidos à classificação hierárquica descendente, com auxílio do programa IRAMUTEQ. Verificou-se, que com relação a maternidade as mulheres ainda reproduzem padrões de comportamento passados por seus familiares e que não compreendem a maternidade dentro das possibilidades de seu exercício. Ficou evidente a necessidade de políticas públicas de proteção a maternidade, que considerem as dimensões psicossociais e a individualidade de cada sujeito.

Palavras-chave:

Mãe. Maternidade. Papel. Social. Ideal

THE IMPACT OF SOCIAL GROUPS ON THE CONSTRUCTION OF MOTHER'S ROLE AND MATERNITY

Abstract:

This research aimed to understand how social groups affect the construction of the role of mother and motherhood. Four PAMIF participants took part in the research, chosen because of the accessibility criterion, for being interested in the debate on the theme and also for being part of a group focused on the same. A semi-structured interview script was applied, where the participants were able to express themselves through triggering questions such as: What does it mean to be a mother? What does your social support network think it is to be a good mother? What is ideal motherhood and real motherhood? The interview data were submitted to descending hierarchical classification, with the aid of the IRAMUTEQ program. It was found that, in relation to motherhood, women still reproduce behavior patterns passed by their family members and that they do not understand motherhood within the possibilities of their exercise. The need for public policies to protect maternity was evident, taking into account the psychosocial dimensions and the individuality of each subject.

Keywords:

Mother. Maternity. Paper. Social. Ideal

¹ Graduanda em Psicologia. Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: manon.gouvea@gmail.com

² Doutora em Psicologia. Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: amandacastrops@gmail.com

EL IMPACTO DE LOS GRUPOS SOCIALES EN LA CONSTRUCCIÓN DEL PAPEL Y LA MATERNIDAD DE LA MADRE

Resumen:

Esta investigación tuvo como objetivo comprender cómo los grupos sociales inciden en la construcción del rol de la madre y la maternidad. En la investigación participaron cuatro participantes del PAMIF (Programa de Atención Materno-Infantil y Familia), elegidos por el criterio de accesibilidad, por estar interesados en el debate sobre el tema y también por formar parte de un grupo enfocado en el mismo. Se aplicó un guión de entrevista semiestructurado, donde los participantes pudieron expresarse a través de preguntas desencadenantes como: ¿Qué significa ser madre? ¿Qué piensa su red de apoyo social que es ser una buena madre? ¿Qué es la maternidad ideal y la maternidad real? Los datos de la entrevista fueron sometidos a clasificación jerárquica descendente, con la ayuda del programa IRAMUTEQ. Se encontró que, en relación a la maternidad, las mujeres aún reproducen patrones de conducta transmitidos por sus familiares y que no entienden la maternidad dentro de las posibilidades de su ejercicio. Se evidenció la necesidad de políticas públicas de protección a la maternidad, considerando las dimensiones psicosociales y la individualidad de cada sujeto.

Palabras clave:

Madre, Maternidad. Papel. Social. Ideal

Introdução

Se pedíssemos às pessoas que definissem a maternidade em uma única palavra, com certeza as primeiras a serem citadas seriam: sacrifício, amor incondicional, abnegação, ternura, disponibilidade (AZEVEDO, 2017). Essas são as imagens que vemos nas propagandas da televisão no Dia das Mães, a mãe que é sinônimo de ternura e dedicação para com aquele ser humano indefeso que sem ela não sobreviveria. No entanto, a maternidade não é feita somente de momentos maravilhosos, como em qualquer outra relação, existem momentos bons e ruins.

Todavía, a maternidade que é disseminada é a romantizada e estereotipada que para Azevedo (2017), somente contribuem em roubar da mulher o protagonismo na construção da sua identidade materna e portanto, na sua forma única de ser mãe. Azevedo (2017) alerta, que essa forma utópica de perceber a maternidade não dá espaço para que nela surjam as ambivalências características desse papel, o que pode resultar em grande sofrimento psíquico para a mulher, uma vez que a sua subjetividade não é mais levada em consideração. Albertuni e Stengel (2016), pontuam que ainda que na contemporaneidade a mulher tenha liberdade para escolhas diversas, a cobrança social para que ela seja mãe é presente e a exaltação do mito do amor materno se perpetua, compondo “um cenário de sofrimento-angústia para a

mulher, complexificando essa experiência feminina” (ALBERTUNI; STENGEL, 2016, p.709). Nesse sentido, é imprescindível nos questionarmos sobre a origem desses estereótipos relativos à maternidade e ao papel da mulher na sociedade.

Oliveira e Marques (2020) afirmam que a imagem da boa mãe da forma como vemos hoje, começou a ser construída na tentativa de eliminar uma prática de séculos no Brasil e em outros países do mundo de delegar as amas de leite a responsabilidade pelos primeiros cuidados com a criança. Afirmam ainda, que a criança não tinha um status de valor perante a família e que foi com a mudança desse status da criança, principalmente das famílias com alto poder econômico, que a maternidade passa a adquirir os traços de hoje. Farinha e Scorsolini-Comin (2018), afirmam que foi a partir do século XVIII, motivadas pela necessidade de mais trabalhadores, que publicações sobre a necessidade da criança ser alimentada e cuidada pela mãe a fim de preservar-lhe a vida começou a surgir, pois na época o índice de mortalidade infantil era grande.

Nesse sentido, médicos, administradores e militares, começaram a questionar a forma como as crianças eram educadas, o que fez com que a medicina se tornasse a responsável em normatizar as funções da mãe ideal, e se utilizou da amamentação para fazer isso (Oliveira e Marques, 2020). Percebemos então, que passa a vigorar a lógica da maternidade com a premissa biológica, onde há uma propensão da mulher devido à gestação e a amamentação de ser essa pessoa que se anulará enquanto “ser” para dedicar-se exclusivamente à criança. Farinha e Scorsolini-Comin, (2018), citam que foi dessa forma que criou-se o mito do instinto materno descrito por Badinter (1980), onde o amor da mãe pelo filho surge instantaneamente e a maternidade é algo inerente a mulher.

Por consequência, acentuam-se as diferenças e disparidades entre os gêneros, questão que por mais que seja discutida, ainda está longe de ser resolvida. Toda essa construção histórica reflete na forma de concretizar esse papel atualmente, pois quando se projetou o papel materno como forma abnegada de cuidado à criança, a mulher ainda não necessitava colocar-se também como provedora na família. Cabe salientar, que em pouco mais de um século o papel da mulher na sociedade mudou drasticamente (CAVALCANTI; BAÍA, 2017).

Nunes, Ramos e Guerra (2016) apontam que antes, a “boa mulher”, era aquela que se dedicava aos cuidados com os filhos, a casa e o marido, gerindo o bem estar de todos. Hoje a mulher estuda, trabalha e desenvolve relações sociais tanto quanto os homens. A entrada da mulher nesses novos universos aos quais ela não tinha acesso, teve como consequência a postergação da maternidade.

Ao postergar a experiência de ser mãe, a mulher que até então gozava de extrema liberdade, se depara com a maternidade que requer a perda dessa autonomia em nome dos cuidados com o bebê e ainda, a conciliação desta com os seus outros papéis (VIANA et al, 2018).

Percebemos então, que a mulher agregou papéis que antes eram somente masculinos mudando drasticamente a sua participação na sociedade, enquanto o homem, parece não ter alterado ou agregado outros papéis a sua rotina. A esses, ainda é mantida a imagem de provedor principal da família, o que muitas vezes não é a realidade. Com relação aos filhos, a eles cabem os cuidados secundários, devido à fatores como o afastamento em virtude do trabalho e muitas vezes a própria mãe não permitir que o homem faça tarefas que a ela parecem ser suas (CERIBELI; SILVA, 2017).

Esse papel secundário, frequentemente é imposto pela própria mulher, pois ela também serve a ideia de que os cuidados com a criança devem ser de incumbência materna, uma vez que ela é quem tem essa “vocação” (CERIBELI; SILVA, 2017). Nessa lógica, enquanto a mulher agregou funções que antes eram “masculinas”, como estudar e trabalhar, o homem não absorveu funções ditas “femininas” o que contribui para um desequilíbrio nas divisões das tarefas familiares, sobrecarregando a mulher (VIANA et al, 2018).

No entanto, Cardoso e Vivian (2017, p.48), destacam que “Uma mulher não se configura primordialmente como mãe, a função materna é um processo de construção, ou seja, fundamentalmente efeito de uma operação psíquica”. Nesse sentido, podemos dizer que não há na mulher uma propensão ao tipo de amor apregoado pela sociedade através dos tempos. Esse amor deve ser construído, através da relação, assim como sempre ao longo da história. A diferença é que agora, a mulher tem mais ferramentas para a construção da sua própria forma de “ser mãe” e de se relacionar com outros papéis que possam dar sentido à sua vida (OLIVEIRA; MARQUES, 2020).

Pode-se dizer que a maternidade é vivida atualmente de forma conflitante, na medida em que a mulher desde pequena introjeta inconscientemente as normas sociais que ditam como deve ser uma “boa mãe”. Quando ela de fato se torna mãe, tenta corresponder às expectativas desse ideal, mas na sua vivência, muitas vezes, não consegue. Surgem então, sentimentos ambíguos com relação à essa experiência que até onde ela tem conhecimento deveria ser maravilhosa (AZEVEDO, 2017).

Desta maneira, observa-se a necessidade desse tema estar mais presente no imaginário feminino, não com o sentido que possui hoje, o de gerador de ambiguidades e frustrações, mas sim com sentido de tomada de consciência.

Assim, consciente das influências que sofre e podendo fazer uma escolha baseada em informações mais realistas, a mulher alcance a capacidade de escolher se deseja ser mãe, se sim, o tipo de mulher e de mãe que deseja ser.

Para Cardoso, Vivian (2017), ao construir o papel de mãe e a sua forma de maternidade, a mulher necessita passar por uma fase de reorganização psíquica a fim de conseguir agregar esse novo papel a sua identidade. Essa fase, onde a mulher começa a construir efetivamente a sua maternidade gera uma série de incertezas, dúvidas e ambiguidades, como já mencionado. Mediante o reconhecimento desses sentimentos, nota-se a importância de uma rede de apoio que trabalhe no sentido de dar segurança e acolher a mulher nesse momento. Essa rede de apoio pode ser composta por várias pessoas, podendo ser elas o cônjuge, os familiares e amigos, entre outros.

A presença do apoio social servirá como fator de proteção à maternidade. As mães precisam de uma rede de apoio que lhes ofereça ajuda nos cuidados domésticos, com o bebê e também na esfera do cuidado afetivo, de assistência para a mulher, companhia, encorajamento, disponibilidade, sem desautorizar, julgar ou se intrometer na relação da mãe e seu bebê (MANENTE; RODRIGUES, 2016, p.101).

Após o nascimento de um bebê, principalmente se ele for o primeiro filho, a mãe entra em um estado de reorganização psíquica. Essa nova organização psíquica irá determinar novas “tendências de ações, sensibilidades, fantasias, medos e desejos”. A duração desse período de organização é temporária, não sendo possível prever se irá durar meses ou até mesmo alguns anos. De qualquer maneira, essa nova organização passará a ditar a forma como a mulher irá se relacionar nos mais variados papéis da sua vida (CARDOSO; VIVIAN, 2017, p.44).

Sentimentos como insegurança, são perfeitamente normais nesse período. Por esse motivo, geralmente acabam acontecendo situações estressoras, que geram certo desconforto. Nesse sentido, Manente e Rodrigues (2016), destacam que a presença de uma rede na qual a mulher possa ser preenchida de cuidados tanto na esfera afetiva, psicológica, quanto em cuidados mais práticos como os serviços domésticos, só venha a contribuir para que essas que são apontadas como as maiores causas de estresse materno possam ser melhoradas com medidas consideradas simples. Cardoso e Vivian (2017, p. 44), definem apoio social como:

[...] provisão do ambiente social e um importante aspecto de troca entre a pessoa e o mundo social. É um construto multidimensional envolvendo o conforto, a assistência e/ou informações que alguém recebe de contatos sociais formais ou informais, estando ainda relacionado com a percepção que a pessoa tem do seu mundo social, com as estratégias para estabelecer vínculos, os recursos que lhe são oferecidos, bem como à proteção frente às situações de risco (CARDOSO; VIVIAN, 2017, p.44).

Além disso, Cardoso e Vivian (2017), destacam que o apoio social é fundamental como gerador de bem estar e proteção em um momento que a mulher entra em um estado de reorganização psíquica, onde altera seus papéis perante a sociedade para incluir o papel de mãe. Esses dados também corroboram com a afirmativa de Manente, Rodrigues (2016) de que o apoio social serve como um fator de proteção a maternidade.

Nesse sentido, cabe questionar quais as consequências da falta de uma rede de apoio social ou uma rede de apoio social ineficiente, ou seja, que cumpra inadequadamente essas funções tão essenciais à mulher-mãe. Romagnolo et al (2017, p. 143), destaca que em sua pesquisa, realizada com duas mulheres, sendo que uma recebeu o apoio familiar e no outro caso esse apoio faltou, ficou evidente que:

[...] quando houve a ausência desse cuidado e atenção, foi possível observar que as inseguranças esperadas no puerpério possuíram outro direcionamento, sendo mais difíceis de serem superadas, podendo encontrar barreiras e dificuldades na amamentação, no vínculo do relacionamento conjugal, na criação de um novo papel familiar com a chegada desse bebê, bem como em outras demandas específicas desse período, fatores esses os quais podem contribuir para a manifestação de sintomas depressivos (ROMAGNOLO et al, 2017, p.143).

A partir dessa afirmativa, podemos concluir que a falta de uma rede social que dê a mulher o suporte adequado após o nascimento do bebê e nos meses seguintes, contribui para que a mulher viva a maternidade acompanhada de sentimentos negativos que com o apoio social seriam superados com mais facilidade (ROMAGNOLO et al,2017). Nesse sentido, imagina-se que a mulher-mãe que dispõe de uma rede de apoio tenha mais tempo e disponibilidade afetiva, pois ao sentir-se segura e livre de tantas obrigações práticas que uma casa e os cuidados com o bebê, passa a estar mais aberta a oferecer afeto ao bebê, facilitando a criação de vínculo que é essencial nos primeiros meses. Sobre a necessidade da mãe criar e permitir as intervenções da rede de apoio, conforme as suas necessidades, a importância se dá no sentido de proteger a mãe fisicamente e apoiá-la psicologicamente, para que assim ela possa construir sua maternidade de forma mais segura (CARDOSO; VIVIAN, 2017).

Materiais e métodos

Para a realização dessa pesquisa, foi escolhida a abordagem qualitativa do tipo exploratória. Para Toledo e Shiaishi (2009, p. 104), “a abordagem qualitativa tem sido frequentemente utilizada em estudos voltados para a compreensão da vida humana em grupos, em campos como sociologia, antropologia, psicologia, dentre outros das ciências sociais”.

“As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

Fizeram parte da pesquisa quatro participantes do PAMIF, dentre estas, três eram gestantes e uma tinha um bebê de um ano e meio, o qual participava das atividades aquáticas de estimulação. Essas participantes foram escolhidas em razão do critério de acessibilidade, por se interessarem pelo debate da temática e por fazerem parte de um grupo voltado a mesma. Os critérios de inclusão foram: ter mais de 18 anos; ser gestante ou ser mãe; ter filhos adotivos ou biológicos; fazer parte do PAMIF. E como critérios de exclusão as mães não poderiam ter comprometimento cognitivo que impedissem a compreensão da pesquisa.

Foi aplicado um roteiro de entrevista semiestruturado, com duração média de 25 minutos por participante, o qual contemplava os seguintes itens: O que é ser mãe; Qual a rede social de apoio; O que você acha que a rede de apoio pensa sobre o que é ser uma boa mãe; Como você lida com as pessoas que lhe exigem um ideal de maternidade; Fale um pouco sobre a sua maternidade ideal e a maternidade real.

Para coleta de dados foi procurada a responsável pelo PAMIF com o intuito de deixá-la ciente dos objetivos da pesquisa e coletar a sua assinatura na carta de aceite entre instituições. Com o aceite do PAMIF a pesquisadora participou de um encontro do grupo previamente combinado, para explicar os objetivos da pesquisa e agendar dias e horários para a coleta de dados. No mesmo dia, foi realizada a primeira entrevista, em uma sala do PAMIF onde foi aplicado o roteiro de entrevista com essa participante de forma individual.

Antes da coleta, a participante assinou o termo de consentimento livre e esclarecido, consentindo com a participação na pesquisa. Por conta da pandemia de Covid-19 e do necessário isolamento social para a proteção da saúde de todos e a tentativa de evitar a disseminação do vírus, as demais participantes da pesquisa foram entrevistadas de forma individual, porém utilizando de instrumentos tecnológicos que permitissem que a entrevista acontecesse de forma a resguardar a saúde dos envolvidos. As entrevistas foram realizadas através de chamadas de vídeo utilizando o WhatsApp e a Whereby.

Essa pesquisa foi submetida ao comitê de ética (parecer 3.718.452). Todos os participantes que aceitaram fazer parte assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, no caso das entrevistas online, o aceite foi dado virtualmente por aplicativo de conversa, dessa maneira, todos estavam cientes da participação facultativa e a possibilidade de desistência a qualquer momento da pesquisa, sem implicação de ônus ou bônus.

Resultados e discussão

Os dados da entrevista foram submetidos à classificação hierárquica descendente, com auxílio do programa IRAMUTEQ, sendo este um software gratuito e desenvolvido sob a lógica da *open source*, que viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais (CAMARGO; JUSTO, 2013). A Classificação Hierárquica Descendente (CHD), classifica os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários, e o conjunto deles é repartido com base na frequência das formas reduzidas, o que permite analisar as raízes lexicais e os conteúdos em que essas classes estão inseridas (CAMARGO; JUSTO, 2013). Esta análise visa obter classes de Segmentos de texto que apresentam um vocabulário semelhante entre si, bem como obter as palavras estatisticamente mais significativas no texto, possibilitando, assim, uma análise qualitativa dos dados (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Para facilitar a apresentação dos resultados, bem como preservar a identidade das participantes, foram atribuídos codinomes para cada uma delas. Abaixo, será apresentado um quadro, cuja finalidade é caracterizar a população participante da entrevista.

Tabela 1 – Caracterização das participantes

Participante	Formação	Idade	Ocupação	Casada ou solteira	Quantidade de Filhos
Sol	Graduanda em Ed. Física	21	Assistente administrativa	Casada	1º
Lua	Enfermagem	28	Enfermeira	Casada	1º
Estrela	Licenciatura em informática	23	Product Owner	Casada	1º
Nuvem	Graduanda em Ed. Física e Pedagogia	22	Desempregada	Solteira	1º

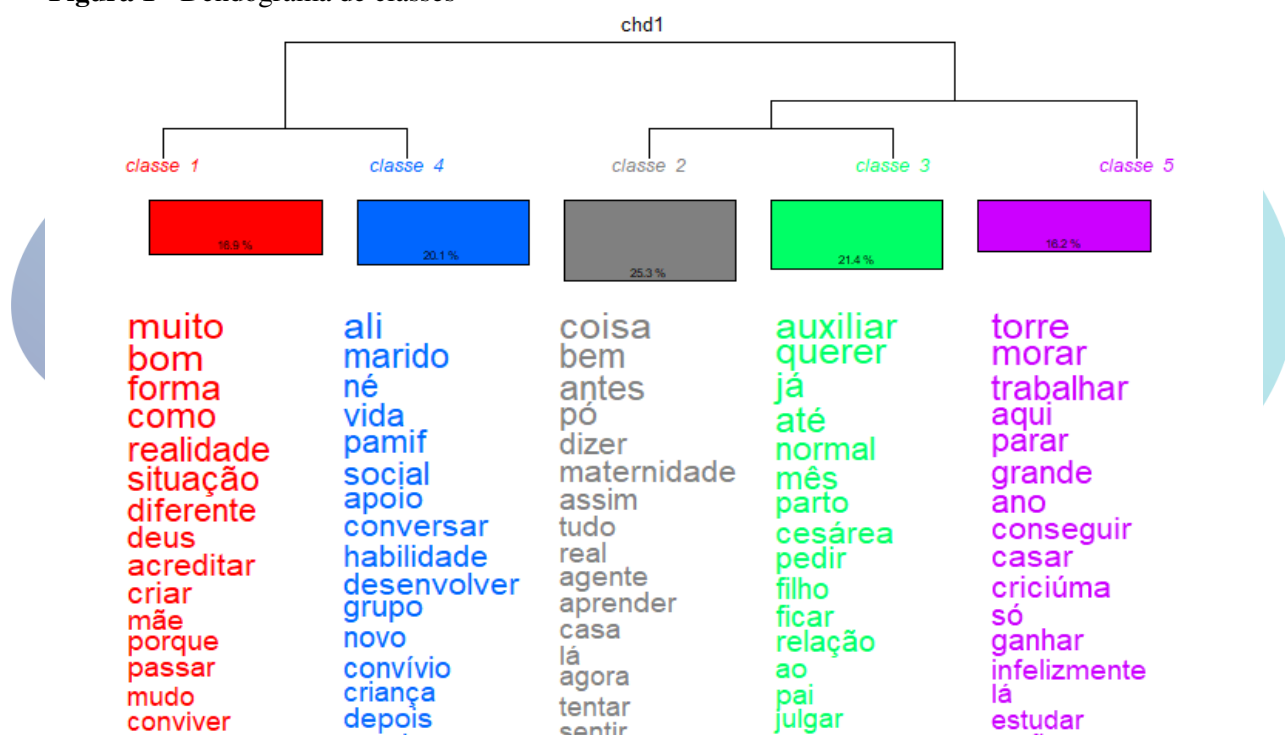
Fonte: Elaboração das autoras.

A partir da tabela acima, é possível perceber que se trata de uma população jovem (mulheres entre 20 e 30 anos), onde todas estão vivenciando a maternidade pela primeira vez. Quanto a formação profissional, duas das participantes têm formação acadêmica e estão trabalhando na sua área de atuação, as outras duas são acadêmicas, sendo que uma trabalha e a outra parou de trabalhar após os primeiros meses de gestação. Nesse sentido, percebe-se que os sujeitos possuem acesso à educação e ao mercado de trabalho, bem como desejo para tal. Em pesquisa realizada por Cavalcanti e Baía (2017), onde as participantes possuíam nível elevado de escolaridade, percebeu-se a busca por uma percepção diferenciada da maternidade, que incluísse principalmente outros aspectos da mulher contemporânea além da maternidade,

como o retorno ao mercado de trabalho, ou seja, a legitimação de outros papéis da mulher, para além do papel de mãe.

Conforme mencionado anteriormente, os dados das entrevistas, foram submetidas ao programa IRAMUTEQ, o qual reconheceu a separação do corpus em 170 textos. A CHD reteve 145 textos, 85,29% do total, e dividiu o corpus em cinco classes, conforme indica a Figura 1.

Figura 1 - Dendograma de classes



Fonte: Elaborada pelo programa IRaMuTeQ.

Na figura acima contam as palavras cuja frequência foi superior à 3 e qui-quadrado $\geq 3,84$. Num primeiro momento (1ª partição) o corpus foi separado em dois sub corpus, separando as classes 5,3 e 2 das classes 4 e 1. Uma 2ª partição gerou de um lado a classe 5 e de outro as classes 3 e 2; uma 3ª partição gerou a classe 3 de um lado e de outro a classes 2. Por fim, uma 4ª partição separou as classes 4 e 1.

A **classe 5** denominada “Se é mãe tem que casar”, com 16,23% dos textos, com as palavras morar, trabalhar, estudar, conseguir e casar, traz referências ao início da gestação, à presença da cobrança social, para o exercício do papel de mãe, e para efetivação de um casamento, diante da descoberta da gravidez. As mulheres ainda trazem a ideia da necessidade de trabalhar para conseguir dinheiro, parar de estudar ou reduzir a jornada de trabalho por conta da maternidade.

A esse respeito, Viana et al (2018), aponta que diversos estudos sobre maternidade na atualidade explicitam a dificuldade da mulher contemporânea em exercer o papel de mãe em virtude dos diversos papéis acumulados. A esse exemplo, cita papéis como o de cuidar do lar, do marido, do trabalho e de si mesma, além da maternidade, entre muitos outros que possam existir. Levando em conta, que na maioria dos casos a mulher não conta com a ajuda do marido ou de um companheiro para dividir essas tarefas, Viana (2018) aponta que a saúde da mulher torna-se fragilizada devido ao sofrimento ocasionado pela sobrecarga causada pelo acúmulo de diversos papéis desempenhados.

O trecho que segue exemplifica o exposto *“falaram pra mim: Nossa daí você vai ter filho agora! Mas eu sempre prevaleci os estudos porque eu queria ter alguma formação, mas a maternidade ideal era casar lá onde que eu moro”* (Participante Nuvem, 22 anos, graduanda em Ed. Física e Pedagogia). Portanto, a maternidade ideal surge aqui associada ao casamento, como se a mulher não pudesse ser mãe solo, o que fez com que essa mesma entrevistada fosse morar abruptamente com o namorado, fator que gerou adoecimento psíquico durante a gravidez.

Oliveira e Marques (2020), ao reconstruírem a historicidade do papel de mãe, citam o mito do amor materno de Elizabeth Badinter (1985), o mito da mãe perfeita de Aminatta Forna (1999), da rainha do lar de Margareth Rago (2014) e ainda a ideologia da maternidade intensificada de Sharon Hays (1998), como discursos que rondam o imaginário da sociedade sobre o que é ser uma boa mãe. Esses conceitos, colocam a maternidade como algo instintivo, inerente a mulher, como se para ser uma boa mulher que cumpre adequadamente o seu papel social, ela esteja condicionada a desempenhar o papel de mãe. Nesse sentido, Colares e Martins (2016, p.43), afirmam que *“reduzir a experiência da maternidade a questões orgânicas é desconsiderar o sujeito e toda complexidade que o acompanha”*.

Para Oliveira e Marques (2020), esse papel materno, não deve ser desempenhado de qualquer forma, ser mãe exige uma forma específica de sê-lo, que implica em total devoção, amor e abnegação com o filho que nasce, a esse fenômeno Colares e Martins (2016, p.44), citam os escritos de Badinter, a qual afirma que se formos pensar em uma perspectiva cultural, *“a mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe”*. Logo, a mulher ao adentrar no universo da maternidade depara-se com uma série de ideias pré-concebidas de como desempenhar tal papel, dentre elas, a ideia de que não é certo que a mulher crie o seu filho sem a presença do pai.

Algumas falas, também expressam o desejo da mulher de ser reconhecida em outros papéis para além da maternidade, um deles é o profissional. Porém muitas vezes a mulher se afasta dos seus objetivos profissionais porque a chegada de um filho acaba por sobrecarregá-la de tal modo a não conseguir ir em frente com seus empreendimentos. Esse dado fica aparente no trecho da participante Nuvem, acima citado, e também na fala da participante Lua, onde ela expõe: *“Muitas coisas que eu fazia, eu estava estudando, eu estudava na terça e na quinta e eu tive que parar, não consegui porque era lá no rio grande do sul, então não consegui, tive que parar o curso que eu estava fazendo”*.

Como já visto nos dados de caracterização das participantes, Ceribeli e Silva (2017), apontam que alguns fatores contribuíram para que a mulher pudesse ter mais acesso a qualificação, podem ser citados os métodos contraceptivos, as inovações tecnológicas e a globalização do mercado. Podemos entender pela fala do autor que a postergação da maternidade facilita a especialização da mulher e a sua entrada no mercado de trabalho. No entanto, os mesmos autores destacam que ainda há distinção de gênero no mercado de trabalho, embora dados do censo de 2013, identifiquem que a participação feminina no mercado de trabalho tenha aumentado, se comparado à década anterior (CERIBELI E SILVA, 2017).

Albertuni e Stengel (2016), citando dados também do censo de 2013, destacam que mesmo a mulher tendo conquistado qualificação e altos níveis de liderança, ainda possui rendimento médio inferior ao dos homens. Os autores ainda sugerem, que mesmo que a mulher consiga estudar e inserir-se no mercado de trabalho, ainda resta a ela a dupla jornada de trabalhar fora de casa e de ser a responsável pelos cuidados e educação dos filhos, cuidados com a organização da casa e com o marido. Nesse sentido, Ceribeli e Silva (2017) confirmam os achados de Albertuni e Stengel, afirmando que embora a mulher tenha conquistado espaço e reconhecimento em diversos papéis, o discurso social que associa a maternidade à mulher e a constituição da sua identidade, a coloca em posição de assumir a responsabilidade pelos filhos e os cuidados necessários com ele em primeiro lugar, abdicando da carreira e até mesmo dos cuidados consigo mesma, caso necessário.

A **classe 3** intitulada **“O que eles querem e o que eu quero”**, com palavras como auxiliar e querer apresenta 21,4% do total de textos. Seus elementos trazem os desejos para o nascimento do bebê, que vão desde a sua concepção até o parto. De um lado, trazem o próprio desejo em relação ao parto, voltar a estudar, adoção, de outro a opinião de amigos e familiares sobre a mesma temática e ainda o julgamento social por ser divorciada e pedir pensão ao pai da criança.

Nesse contexto, ser uma boa mãe surge como dedicação prioritária ao filho, o trecho a seguir compõe essa classe: *“acho que meus pais querem muito que eu faça parto cesárea porque eu não vou aguentar, porque eu vou sofrer, porque isso porque aquilo, mesmo eu querendo parto normal”*. Em outro trecho, a mesma participante coloca: *“e as pessoas que estão no meu contato acham, que se eu me submeter a parto normal eu vou ter que enfrentar as consequências, não importe o que, entendeu, porque eu estou escolhendo aquilo, é minha opção escolher isso”* (Participante Nuvem, 22 anos, graduanda em Ed. Física e Pedagogia).

Percebe-se pelo exposto que desde o parto parece haver uma pressão normativa que tenta regular o que a mulher pode ou não, dá conta ou não, o que à ela é socialmente permitido. Oliveira e Marques (2020), expõe que não é de hoje que a maternidade é utilizada para normatizar a mulher e a sua atuação na sociedade. Mais recentemente, no início do século XX, a prerrogativa médica ganha espaço, validando e normatizando os discursos sociais acerca da maternidade, participando ativamente da construção social do papel da mulher e da maternidade. O que corrobora com os escritos de diversos autores que, como Colares e Martins (2016), salientam o papel da sociedade na construção do papel de mãe e na maternidade, o que dificulta o protagonismo da mulher na construção desse papel e promove sofrimento, pois uma vez que é imposta à mulher, uma maternidade idealizada por outrem, a ela não é dado o devido protagonismo na sua construção.

O julgamento e a falta de apoio às suas decisões, fica evidente, sendo possível perceber que o auxílio à mulher parece estar condicionado a ela aceitar ou não o que aquela população acolhe sobre o que é ser um bom parto e a boa maternidade, como se ao se posicionar de forma diferente ela estivesse sozinha para agir e sofrer as consequências das suas escolhas. Nesse sentido, Schulte (2016), aponta para o fato de que o sofrimento materno é resultado direto *“de uma construção social em que a mulher é, quase que totalmente, responsável por toda e qualquer situação que envolva o cuidado de seus filhos, o que também a faz ser responsável, analogamente, a tudo de bom ou ruim que possa acontecer a eles”*.

Na fala de outra participante, é possível perceber também um movimento contrário a aceitação das expectativas alheias, embora em outro momento ela justifique que as pessoas *“não fazem por mal”*: *“Não, eu vou fazer como eu quero, o filho é meu, eu que tive filho, em fim”* (participante Estrela, 23 anos, Product Owner, casada, gestante). Em sua fala, a participante Nuvem (22 anos, graduanda em Ed. Física e Pedagogia, solteira, gestante), afirma: *“estou escutando mas eu não estou debatendo, eu não estou questionando, eu não estou argumentando, mas a minha decisão vai ser a minha decisão e pronto”*.

Podemos entender, pelos relatos das entrevistadas, que não se sentir respeitada em suas posições e ser bombardeada por instruções e conselhos que na maioria das vezes é intrusivo e que não condiz com a realidade daquela mulher, é algo comum na nossa sociedade.

Cardoso e Vivian (2017), afirmam que o apoio social é de fundamental importância em todos os momentos do desenvolvimento humano, mas principalmente em situações de transição onde o sujeito passa por estresse acentuado e que exigem dele uma capacidade maior de adaptação. As autoras destacam ainda, que o apoio social diz respeito ao sensação de conforto, informações e auxílio necessário e também à proteção do sujeito em situações de risco, ou seja, o apoio social trata de abastecer o indivíduo do que ele necessita naquele momento em que ele próprio não tem capacidade para suprir (CARDOSO; VIVIAN, 2017). Portanto, apoiar e auxiliar no contexto da maternidade não é de forma alguma passar por cima do direito da mulher de escolher o seu caminho, mas sim, estar presente e assegurar que ela não esteja sozinha na sua caminhada.

A classe 2 “*Maternidade real x Maternidade Ideal*”, representa 25,32% do total de textos. Traz palavras como coisa e maternidade e faz referência à diferença entre a maternidade ideal e a maternidade real, em que há o julgamento social que cobra que seja mantida a maternidade ideal, com a dedicação exclusiva e abnegação. Os trechos que seguem ilustram essa classe: “*isso desde agora eu penso sempre nele antes de mim qualquer decisão que eu for tomar, assim e a maternidade real acho que é isso assim é cansaço é as vezes se sentir não ter tempo para si mesma porque a gente quer dar o melhor para eles e preocupação também*” (participante Sol, 21 anos, assistente de administração, casada, gestante). A participante relata que a sociedade parece exigir que a mulher se cuide enquanto cuida do filho, o que surge como impossível, considerando que também é exigido que a maternidade seja prioridade na vida da mulher.

Outra participante, ilustra a maternidade ideal no trecho que segue: “*então a maternidade pra mim é a minha primeira coisa assim, antes de ser profissional, antes de ser qualquer outra coisa, eu sou mãe*” (participante Lua, enfermeira, 28 anos, casada, mãe de um bebê de 1 ano e meio). Nesse sentido, a participante Lua também retrata a priorização do filho em detrimento dos outros aspectos da sua vida, até mesmo o profissional. Viana et al (2018), pontuam que a dificuldade em conciliar de forma integral a maternidade e os outros papéis desempenhados pela mulher contemporânea, gera sentimento de culpa e adoecimento psíquico, uma vez que a mulher não consegue estar de forma justa em todos os papéis.

Os autores destacam ainda, que a mulher contemporânea vive um paradoxo entre três situações, “a realização profissional, as queixas sobre o acúmulo de atividades e as expectativas geradas com a maternidade” (VIANA et al, 2018, p.79).

O trecho da entrevista da participante Lua, onde ela fala sobre maternidade real, expõe a dificuldade da mulher em seguir em frente com suas atividades após a maternidade e confirma a ideia de que a maternidade real e a ideal são perspectivas opostas para a mulher moderna: “*a gente acha que vai conseguir às vezes, manter uma rotina um pouco mais ativa, e eu por exemplo não consegui, muitas coisas que eu fazia, eu estava estudando, eu estudava na terça e na quinta e eu tive que parar, não consegui*”. A fala exposta, denuncia o fato de que a maternidade por vezes aprisiona a mulher na condição de mãe. Ceribeli e Silva (2017), pontuam que seja por acreditar que o seu filho não será tão bem cuidado por uma babá ou em uma creche, ou por não conseguir conciliar todas as suas tarefas com a maternidade, o fato é que a mulher, por sentir-se unicamente responsável pela saúde e bem estar do filho, muitas vezes, opta por abdicar de outras atividades como trabalho, estudo e até mesmo cuidados pessoais, em favor dos cuidados exclusivos com o filho.

Ao observarmos a seguinte fala: “*então, acho que a maternidade ideal é a mulher conseguir dar conta dela mesma, de cuidar de si mesma, cuidar do bebê e cuidar da casa talvez*”, da participante Sol (21 anos, assistente administrativa, casada, gestante), percebemos que a imagem da mãe ideal vem carregada de estereótipos relacionados tanto ao papel da mulher na sociedade, que parece ainda ser o de cuidar da prole, da casa e do marido, quanto a falta de protagonismo na construção da sua maternidade. Também deixa transparecer a passividade do papel de mãe, enquanto potencial de agente transformador social, uma vez que a mulher se sente incumbida em atender aquele modelo único, onde as atribuições e afazeres operacionais relativos ao filho, a casa e o marido não lhe permite ter tempo para olhar a maternidade sobre outros aspectos.

Nesse sentido, Nunes, Ramos e Guerra (2016), em seu artigo intitulado: “Bela, Recatada e do Lar: o estereótipo da mulher perfeita”, apontam que ainda existe um reforço da mídia a imagem da “boa mulher”, aquela construída na sociedade patriarcal do século XVI. A “boa mulher” ressaltada pela mídia no decorrer do artigo mencionado, tem papel coadjuvante na sociedade e na família, preza pelos cuidados com os filhos, o marido e o lar, sempre gozando de uma imagem de beleza e recato. O delineamento dessa imagem da mulher perfeita, demonstra todo o preconceito que há na construção do papel da mulher na sociedade ainda hoje, e a maternidade parece ser mais uma forma de regular a mulher e justificar o seu lugar perante a sociedade (NUNES; RAMOS; GUERRA, 2016).

Colares e Martins (2016), corroboram com essa afirmativa, quando falaram especificamente sobre o papel da maternidade para a mulher, destacam:

Os significados da maternidade associados ao amor e ao cuidado passaram a afirmar referenciais de valores considerados ideais. Discursos culturais, durante séculos, recrutaram mulheres a se identificarem com eles, tornando-os como verdades e constituindo suas identidades femininas (COLARES; MARTINS, 2016, p.43).

Essas falas, reforçam o que há de mais característico das representações sociais acerca do papel de mãe, onde a mulher doa-se por completo ao empreendimento da maternidade a ponto de perder a própria subjetividade. Essa dualidade entre a mulher/mãe perfeita e a mulher contemporânea, que trabalha e tem acesso à educação e outras perspectivas que não somente a maternidade e a família, é algo que assombra a mulher e permanece como fator a ser ressignificado pela sociedade. Para isso, é essencial “levar em conta a subjetividade da mulher como um Ser desejante, que precisa ser olhada através de sua individualidade”, como apontam Colares e Martins (2016, p.47).

Em um trecho exposto pela participante Estrela (23 anos, Product Owner, casada, gestante), é possível perceber características que predominam no imaginário social sobre o que é ser uma boa mãe, que envolve amizade, amor, compreensão e responsabilidade pela relação com o filho: *“a mãe ideal é aquela mãe que consegue falar para a filha ou o filho, segurança, né, de poder confiar, de poder, de poder, de que o filho saiba que para tudo a mãe está ali, que é a primeira amiga”*. Nesse sentido, Azevedo (2017, p.12), alerta para a dificuldade da mulher em lidar com as representações tradicionais de maternidade, muitas vezes divulgadas pela mídia, que reforçam a “valorização das figuras maternas, dedicadas e empenhadas, responsáveis pelo desenvolvimento psicológico, pela saúde, higiene, etc. onde o homem é um coadjuvante”.

A participante Nuvem (22 anos, graduanda em Ed. Física e Pedagogia, solteira, gestante), nos atenta para uma questão muito presente na maternidade, o julgamento, exemplificado na fala a seguir: *“mas eu estava fazendo tudo normal, sabe, estava me mantendo, mas a sociedade é bem crítica. A maternidade real está sendo bem difícil!”*. Nesse sentido, Oliveira e Marques (2020), colocam que a imagem da mulher-mãe como vemos hoje, foi construída tendo como base comportamentos que ligam a mulher ao lar e a maternidade, mas que na prática não conseguem se afirmar e são divergentes com as exigências do papel da mulher na sociedade, que também é responsável pelo sustento da família, ocasionando sentimento de culpa e frustração.

A **Classe 4**, denominada **“Fontes de apoio”**, representa 20,13% de textos retidos na análise, trazendo palavras como marido, apoio, social e PAMIF. Nessa classe, os textos trazem a importância do apoio social para a vivência da maternidade real, sem julgamentos, com possibilidades de cuidar e ser cuidada. Segue exemplos: *“mas nada tão próximo como eu teria com o PAMIF, tipo questão de conhecimento e tudo mais assim seria a família e o PAMIF, que eu estava tendo, depois do meu marido conto cem por cento com a minha mãe”* (Estrela, 23 anos, Product Owner, casada, gestante). Nesse sentido, as mulheres indicam que esse suporte social favorece para que a mulher mantenha sua saúde mental e aceite as possibilidades reais da maternidade. Cardoso e Vivian (2017), contribuem com a fala exposta quando colocam que o apoio social, percebido pela pessoa, contribui para a melhora da saúde mental, para o enfrentamento de situações estressantes, para o alívio do estresse, entre outros.

A seguir, a participante Lua (enfermeira, 28 anos, casada, mãe de um bebê de 1 ano e meio), conta como foi a sua experiência com apoio social: *“muito o meu marido me apoiou e ajudou de todas as formas que ele conseguia assim né, nem que seja só quando ele mamava pegar para arrotar, para fazer dormir de novo, né pra eu poder descansar”*. A participante Lua, ao relatar sobre o apoio recebido do marido, embora o tenha descrito de grande importância, deixa transparecer uma tendência em acreditar que o marido está só para auxiliar, ajudar, sendo da mulher a responsabilidade em prover os cuidados fundamentais com a criança. Viana et al (2018), destacam que o nascimento de um filho é comumente associado ao maior número de mudanças na vida da mulher, embora se tenha um discurso atual de maior igualdade tanto nos papéis quanto nas tarefas que envolvem a criação de um filho.

A participante Estrela, faz a seguinte fala, sobre o que acredita ser importante quando se fala em apoio social: *“Mas às vezes as pessoas que estão todo o dia contigo, não é aquilo que tu precisa, parece que tu precisa de alguém que é de fora igual a gente teve esse encontro ali do PAMIF que é alguém que fale, que é uma pessoa que tem totalmente a realidade diferente de ti, mas passe pela mesma situação que tu, não tem”*. Essa participante expõe a importância dos programas de apoio a maternidade, pois assim como afirma Queiroz et al (2016, p.5), “a troca de experiências entre indivíduos em situação de vida comum é considerada um método privilegiado de empoderamento dos sujeitos por meio do processo mútuo de ensinar e aprender”.

A **Classe 1**, denominada **“Como ser a mãe real”**, representa 16,88% de textos retidos na análise, com as palavras muito, bom e realidade. Nessa classe as participantes trazem a ideia de que ser mãe na realidade é conseguir restringir as informações recebidas pela família, escolher seguir seu próprio rumo, não se guiando pelo que amigos e família

salientam como relevante no papel de mãe. Segue exemplos: *“então eu realmente coloquei na minha cabeça que eu precisava ter o foco naquilo que eu acreditava que eu considerava bom e realmente descartar aquilo que eu considero ruim porque eu acho que muita informação nos traz confusão sabe a gente deve fazer esse filtro”* (participante Lua, enfermeira, 28 anos, casada, mãe de um bebê de 1 ano e meio). Nesse sentido, as participantes parecem apontar também para o excesso de informações consumidas durante a construção do papel de mãe, que podem confundir e romantizar ainda mais esse lugar.

A participante Estrela (23 anos, Product Owner, casada, gestante), destaca que *“busca inspiração em outras mães em outros casos, ou até nos nossos próprios, mas sempre pensando: tá, mas na nossa realidade, será que isso se encaixa, será que na nossa rotina a gente vai conseguir fazer dessa forma”*. Portanto, assim como afirmam Colares e Martins (2016, p.43), *“as representações sociais da maternidade possibilitam às mulheres a entenderem aquilo que são e devem fazer enquanto mães, por meio de diferentes discursos circulantes na sociedade”*. Todavia, a participante Estrela, demonstra preocupação em não somente seguir o exemplo que outras pessoas dão, mas também, pensar se aquela situação, aquele exemplo é possível para a sua realidade.

Na sequência, a participante completa seu pensamento com o trecho a seguir: *“criar conforme aquilo que tu acredita e não conforme outras pessoas dizem como que deve ser”*. Cardoso e Vivian (2017, p.48), afirmam que *“uma mulher não se configura primordialmente como mãe, a função materna é um processo de construção, ou seja, fundamentalmente efeito de uma operação psíquica”*. Nesse sentido, faz parte da construção da maternidade conhecer e avaliar as representações sociais acerca desse papel, mas principalmente conseguir vislumbrar as possibilidades de cada mulher de ser um indivíduo único e desta forma, uma mãe única com liberdade para delinear a maternidade conforme os seus preceitos e a sua individualidade.

A participante Estrela, também alerta para a mudança nas relações, pois para ela a maternidade real também inclui adaptar-se às novas relações, exemplificado na sua fala: *“porque não é só a relação com a criança que eu acredito que mude, mas sim com marido, com os avós, com toda uma sociedade”*. Portanto, a partir dessa perspectiva, é possível compreender que com o nascimento de uma criança, seja necessário um empreendimento de todos da família em direção a um arranjo que contemple a inclusão de um novo membro familiar. Cardoso e Vivian (2017), colocam que o casal, por exemplo, move-se da função conjugal para a função parental, no caso do primeiro filho.

Isso acarreta uma série de mudanças e adaptações que são necessárias e que geram um novo padrão de vida, também ocasionando uma transformação da identidade e dos papéis dos pais e dos demais familiares (CARDOSO; VIVIAN, 2017). Desta forma, pressupondo que a maternidade real não envolva somente a mobilização da mãe para o acolhimento dessa criança, mas sim a de todos os membros da família, principalmente o pai.

Considerações finais

Essa pesquisa teve como objetivo principal, dimensionar a participação dos grupos sociais na construção do papel de mãe e da maternidade. Verificou-se ao longo do trabalho, que em geral as mulheres reproduzem em seu papel de mãe e na forma como vivenciam a maternidade, estereótipos e padrões de comportamento transmitidos por seus familiares, principalmente suas mães. De acordo com o exposto, a forma como vemos enquanto sociedade, o papel da mãe e a maternidade é permeada por padrões construídos ora com o intuito de normatizar a sociedade, ora com a intenção de normatizar o feminino, por vezes impondo à mulher o papel de mãe.

Percebe-se, que vigora ainda a imagem da mãe ideal, a mãe perfeita, aquela que possui amor incondicional, dedicação, abnegação. Todavia, essa imagem de mãe perfeita é fator ansiogênico e causador de grande sofrimento, uma vez que da mulher são exigidos desempenho em outros papéis que não o de mãe, logo ela não consegue a dedicação exclusiva ao filho. Nesse sentido, é importante refletir sobre o papel dos grupos sociais na atenção a mulher e a maternidade. Pois, é no fortalecimento do apoio social de que a mulher dispõe ao longo da sua maternidade, que vai existir maior ou menor sofrimento na vivência do papel de mãe.

Nesse sentido, como exposto pelas participantes, a convivência em um grupo onde as mulheres podem compartilhar suas experiências sobre a maternidade, sejam positivas ou negativas, atuam na reflexão sobre esse papel e também na construção de novas formas de vivenciá-lo. Desta forma, faz-se necessária a implementação de políticas públicas de proteção a maternidade, que compreendam a mulher-mãe como ser psicossocial, que considerem essas dimensões e que contribuam para a construção de saberes e práticas que considerem a mulher na sua singularidade. Todavia, é imperativo que o papel de mãe e a maternidade sejam ressignificados, para que cada mulher tenha a liberdade de ser a mãe que deseja e que pode ser e vivenciar a maternidade em toda a sua potência. Ser e vivenciar, a maternidade real!

Referências

ALBERTUNI, Patrícia Shalana; STENGEL, Márcia. Maternidade e novos modos de vida para a mulher contemporânea. **Psicologia em Revista**, v. 22, n. 3, p. 709-728, dez. 2016. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v22n3/v22n3a11.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

AZEVEDO, Rhuama Ayube. “**Amo meu filho, mas odeio ser mãe**”: Reflexões sobre a ambivalência na maternidade contemporânea. 2017. 33 f. Monografia (Especialização em psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/163940>> Acesso em: 8 agost. 2019.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria; IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas psicologia**. Ribeirão Preto. v.21 n.2. p. 513-518, dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016>. Acesso em: 15 out. 2019.

CARDOSO, Ana Carolina Alifantis; VIVIAN, Aline Groff. Maternidade e suas vicissitudes: a importância do apoio social no desenvolvimento da díade mãe-bebê. **Diaphora**, Porto Alegre, v. 17, p. 43-51, 2017. Disponível em: <<http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/134>>. Acesso em: 10 out. 2019.

CAVALCANTI, Natália C. Silva Barros; BAÍA, Deylane Corrêa Pantoja. Ser mãe no mundo do trabalho: notas sobre os desafios da reinserção de mulheres no mercado de trabalho após a experiência de maternidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11, 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos**...Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: < [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499457316_ARQUIVO_Ser maenomundodotrabalho.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499457316_ARQUIVO_Ser%20maenomundodotrabalho.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CERIBELI, Harrison Bachion; SILVA, Ediane Regis da. Interrupção voluntária da carreira em prol da maternidade. **Pensamento Contemporâneo em Administração**, v.11, n.5, p.116-139, dez. 2017. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v11i5.1056>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

COLARES, Sthephany Carolyn dos Santos; MARTINS, Ruimarisa Pena Monteiro. Maternidade: uma construção social além do desejo. *Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações*, v. 6, n. 1, p. 42-47, 2016. Disponível em: < <http://periodicos.unincor.br/index.php/iniciacaocientifica/article/view/2654>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FARINHA, Ana Julia Queiroz; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Relações entre não Maternidade e Sexualidade Feminina: Revisão Integrativa da Literatura Científica. **Psicologia da IMED**. Passo Fundo, vol. 10, n. 1, p. 187-205, Jan.-Jun., 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i1.2316>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008. 220 p.

MANENTE, Milena Valelongo; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Maternidade e trabalho: associação entre depressão pós-parto, apoio social e satisfação conjugal. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v.20, n.1, p. 99-111, jul. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000100008>. Acesso em: 8 out. 2019.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; MARQUES, Stanley Souza. Contribuições para uma reconstrução crítica da gramática moderna da maternidade. **Estudos Femininos**. [online], vol.28, n.1, p. 1-16, mar. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n168037>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira et al. Grupo de gestantes adolescentes: contribuições para o cuidado no pré-natal. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, v. 37. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.esp.2016-0029>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

ROMAGNOLO, Adriana Navarro et al. A família como fator de risco e de proteção na gestação, parto e pós-parto. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 38, n. 2, p. 133-146, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/31412>>. Acesso em: 16 out. 2019.

SCHULTE, Andréia de Almeida. **Maternidade contemporânea como sofrimento social em blogs brasileiros**. 2016. 122f. Dissertação (Psicologia)- PUC, Campinas.

TOLEDO, Luciano Augusto; SHIAISHI, Guilherme de Farias. Estudo de caso em pesquisas exploratórias qualitativas: um ensaio para a proposta de protocolo do estudo de caso. **FAE**, Curitiba, v.12, n.1, p.103-119, jan./jun. 2009. Disponível em:<<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/viewFile/288/195>>. Acesso em: 8 out. 2019.

VIANA, Renata Brum et al. Dilemas da maternidade das mulheres contemporâneas: revisão integrativa. **Enfermagem Atual**, v. 85, n. 23, p. 76-81, abr. 2019. Disponível em: <<https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/248>> Acesso em: 24 abr. 2020.

XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 39, 2016, São Paulo. *Bela, Recatada e do Lar: o estereótipo da mulher perfeita*. São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016>>. Acesso em: 01 jun. 2020. (NUNES, RAMOS E GUERRA)